



# O CAMINHO DA LIBERDADE

A reunião de Óbidos,  
1 de dezembro de 1973

A stylized map of Portugal is centered on a dark green background. The map is rendered in a lighter shade of green. A white target symbol, consisting of a circle with a crosshair, is overlaid on the map. The text 'O CAMINHO DA LIBERDADE' is prominently displayed in the center. 'O CAMINHO' is in red, 'DA' is in a smaller red font, and 'LIBERDADE' is in a large white font.

# O CAMINHO DA LIBERDADE

A reunião de Óbidos,  
1 de dezembro de 1973

A reunião de Óbidos,  
**1 de dezembro de 1973**



## FICHA TÉCNICA

**Organização:** Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974

**Textos:** Filipe Daniel, Vasco Lourenço, Maria Inácia Rezola

**Grafismo:** Vitor Cardoso e Ivan Ferreira

©Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril

# O CAMINHO DA LIBERDADE

A reunião de Óbidos,  
1 de dezembro de 1973

## ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| O ENCONTRO DE ÓBIDOS, 50 ANOS DEPOIS                           | 4  |
| A MEIO DO PERCURSO, O MOVIMENTO ORGANIZA-SE A CAMINHO DE ABRIL | 12 |
| ÓBIDOS: O ENCONTRO DA LIBERDADE NO CALOR DO MAGUSTO            | 17 |
| UM PASSO MAIS, NO CAMINHO PARA ABRIL                           | 20 |
| DOCUMENTOS   | 24 |

O ENCONTRO  
DE ÓBIDOS  
JOHNUS



Fotografia: Arquivo Associação 25 de Abril

# O ENCONTRO DE ÓBIDOS, 50 ANOS DEPOIS

**Depois do encontro de Monte do Sobral (Alcáçovas, 9 de setembro de 1973), que constituiu o seu momento fundador, o Movimento dos Capitães conheceu um progressivo mas determinante crescimento. Ainda que a mobilização inicial tenha sido ditada por razões estritamente corporativas, as questões profissionais e do prestígio da instituição acabam por funcionar como elemento aglutinador para uma classe despolitizada e pouco dada a atos de insubordinação, permitindo o alargamento do movimento contestatário.**



**Em poucos dias, as suas ramificações estendem-se à Guiné, Angola, Moçambique e a vários pontos de Portugal continental. O processo então desencadeado deixou patente o profundo mal-estar que passava largos setores das Forças Armadas e que irá ser um importante fator na evolução e gradual politização do Movimento dos Capitães.**

O primeiro sinal desta tendência encontra-se na sobrevivência do Movimento à suspensão dos decretos e à exoneração do ministro do Exército e Defesa Sá Viana Rebelo (outubro de 1973). A vastidão do protesto impedia qualquer medida repressiva, levando o Governo a optar pelo recuo em todas as frentes. Depois, mantendo a sua crença na natureza puramente corporativa da contestação, o executivo prometerá, pouco antes do fim do ano, uma melhoria substancial dos vencimentos dos militares. A medida era, no entanto, extemporânea: as reivindicações corporativas iniciais já não eram fundamentais e o Movimento assumira um outro caráter. A questão da guerra e o problema colonial passaram progressivamente a estar no centro das atenções, acabando, mais tarde, por conduzir à decisão de derrubar o regime.

A reunião realizada em Óbidos, a 1 de dezembro de 1973, foi um marco fundamental neste processo. A fim de fornecer as coordenadas centrais que aí conduziram, apresentamos uma breve cronologia dos acontecimentos:

**6 de outubro:** reunião do Movimento dos Capitães em Lisboa - reunião quadripartida. Com a presença de delegados de quase todas as unidades, de oficiais em serviço nas colónias e de observadores da Força Aérea e da Marinha, a reunião realizou-se em quatro locais em simultâneo devido à dificuldade de encontrar uma sala capaz de albergar todos os participantes. Decidiu-se que, caso os decretos-lei não fossem revogados, pediriam a demissão coletiva do Exército. Nesse momento, o Movimento estruturava-se já em quatro comissões: coordenadora, consultiva, de ligação e ultramarina.

**12 de outubro:** o ministro do Exército suspende os decretos-lei n.º 353/73 e 409/73. Para o efeito, nomeia uma comissão encarregada de estudar, caso a caso, a situação criada aos oficiais pela aplicação dos decretos de julho de agosto.

**23 de outubro:** a Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães elabora uma circular fazendo o ponto da situação sobre os decretos-lei n.º 353/73 e 409/73 e suas implicações.

**1 de novembro:** nova circular do Movimento dos Capitães. Incidindo sobre a questão dos decretos, do prestígio da instituição militar, o documento defende a necessidade de uma reação coletiva aos eventuais procedimentos disciplinares sobre os oficiais da Guiné que assinaram a exposição de 28 de agosto. No documento é feita uma referência à neutralidade política do Movimento, que

se define como um movimento “isen- to de qualquer cunho político e qualquer insinuação/boato”.

**7 de novembro:** remodelação gover- namental que visa neutralizar a contestação e as causas do mal- estar no seio das Forças Arma- das. São demitidos os ministros da Defesa, Exército e subsecretário do Exército, principais alvos da contestação dos ex-cadetes. Silva Cunha é nomeado Ministro da Defe- sa; o general Alberto de Andrade e Silva, ministro do Exército; e Viana de Lemo, seu subsecretário. Esta medida não consegue travar o Movimento dos Capitães, apesar de se terem verificado algumas de- serções.

**15 de novembro:** encontro da Co- missão Coordenadora alargada na Academia Militar em Lisboa. Forte discussão quanto à forma de atua- ção do Movimento, verificando-se uma divisão entre os partidários da via legalista e os defensores de um avanço mais qualitativo sem exclusão de qualquer hipótese. Na sequência do debate, a Comissão Coordenadora dissolve-se.

**24 de novembro:** reunião do Movi- mento dos Capitães em S. Pedro do Estoril. O principal propósito do encontro era redefinir os objetivos da organização e constituir uma comissão coordenadora definitiva, representativa do Movimento.

Pela primeira vez nesta reunião alargada, a que assistiram 45 ofi- ciais em representação das prin- cipais unidades do país, colo- ca-se abertamente a hipótese de uma solução de força - o golpe de Estado - em alternativa às vias

legalistas. A proposta foi defen- dida pelo tenente-coronel Luís Ataíde Banazol.

A discussão travada em S. Pedro do Estoril foi inconclusiva. Foi marcada uma nova reunião para dentro de uma semana. Os pre- parativos do encontro ficaram a cargo dos delegados das unidades que tinham por missão estabelecer contactos com os elementos do Mo- vimento, a fim de obter respostas às várias questões a ser debati- das nessa reunião. De acordo com a agenda de trabalhos, eram três as vias possíveis: conquista do poder para, com uma Junta Mili- tar, criar no país as condições que possibilitem uma verdadeira expressão nacional (democrati- zação); dar oportunidade ao Go- verno para se legitimar peran- te a nação através de eleições livres, devidamente fiscalizadas pelo Exército, precedidas de um referendo sobre a política ultra- marina; utilização de reivindi- cações exclusivamente militares como forma de alcançar o pres- tígio do Exército ou alargá-lo a todas as Forças Armadas. Da mesma forma, deveria decidir- se qual a composição da Comissão Coordena- dora do Movimento; se se deveria contactar algum dirigente; e, fi- nalmente, proceder-se ao “estudo de situação”.

À reunião, realizada a 1 de de- zembro de 1973, na Casa do Povo de Óbidos, compareceram cerca de 170 delegados de todas as unida- des, em representação de algumas centenas de oficiais. Presentes também, alguns observadores da Marinha e elementos dos paraque- distas.

A reunião é, em grande medida, dominada pelo debate das várias propostas de ação anteriormente apresentadas:

1) Conquistar o poder e entregá-lo a uma Junta Militar, para democratizar o país [hipótese do golpe de Estado];

2) Dar oportunidade ao Governo para se legitimar perante a nação através de eleições livres, fiscalizadas pelo exército e antecedidas por um referendo sobre a política ultramarina [hipótese legalista];

3) Utilizar reivindicações exclusivamente militares para recuperar o prestígio do Exército e pressionar o Governo [hipótese legalista];

Amplamente desenvolvida por Luís Ataíde Banazol, a primeira hipótese recolheu numerosos apoios. Não foram, no entanto, os suficientes para suplantar a via legalista, que acabou por sair vencedora nesta disputa, na formulação consagrada pela terceira hipótese. Num momento em que o Movimento pensava ainda a sua estruturação e alargamento, triunfou a prudência.

No que diz respeito à estruturação, determinou-se o alargamento da Coordenadora do Movimento. Esta passava a integrar 19 elementos (três de cada uma das Armas e Serviços do Exército, exceto o Serviço de Material, que tem apenas um representante), entre os quais Vasco Lourenço, Hugo dos Santos (Infantaria), Otelio Saraiva de Carvalho e Sousa e Castro (Artilharia), Salguei-

ro Maia e Manuel Monge (Cavalaria), Pinto Soares e Luís de Macedo (Engenharia) e José Maria de Azevedo (SAM). Hugo dos Santos viria a ser substituído por Vítor Alves, uma vez que se encontrava mobilizado para uma comissão de serviço na Guiné. A missão da nova Comissão era essencialmente executiva, cabendo-lhe tomar as decisões adequadas à prossecução dos objetivos a atingir.

Entre as importantes deliberações do encontro, decidiu-se uma mudança de denominação da organização que foi rebatizada como Movimento dos Oficiais das Forças Armadas (MOFA).

Paralelamente, e uma vez que a sua implantação estava praticamente circunscrita ao Exército, determinou-se o seu alargamento aos outros ramos das Forças Armadas.

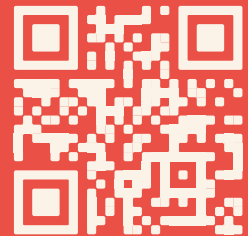
Finalmente, e apesar da vitória da via legalista, delimitou-se como necessário a escolha de chefes prestigiados. Revelando a influência dos partidários da intervenção militar, mas também o peso das hierarquias, os eleitos foram o então Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), Francisco da Costa Gomes, e o ex-governador da Guiné António de Spínola. Ao primeiro, o mais votado, com larga margem, reservava-se a Presidência da República. Quanto ao ex-Governador da Guiné, a ideia era atribuir-lhe a direção suprema das Forças Armadas.

A via do golpe de Estado voltou a ser discutida, dias depois, numa

reunião restrita realizada na Costa da Caparica, a 5 de dezembro de 1973, mas será ainda rejeitada por alegada falta de fundamentação. As atenções centraram-se então na proposta que saíra vencedora do encontro de Óbidos. Nesse sentido, determinou-se a prossecução de iniciativas legais, de carácter reivindicativo e profissional, mas de natureza tal que o Executivo não tivesse possibilidades de as satisfazer. Assim, pretendia-se exercer pressão com vista à demissão do Governo ou, eventualmente, ao golpe de Estado. Vítor Alves, Vasco Lourenço e Otelo Saraiva de Carvalho

(os três eleitos para a direcção da Comissão Coordenadora) ficaram encarregados de elaborar um plano de ação para o futuro. Paralelamente, num óbvio sinal da crescente complexidade do Movimento e da sua missão, constituíram-se novas comissões: Estudos da Situação, Ligação Interna (Metrópole e Ultramar), Estudos Psicológicos e Secretariado e outra para estabelecer contacto estreito com a Marinha e Força Aérea. Estavam criadas as estruturas essenciais que assegurariam o êxito da operação levada a cabo a 25 de Abril de 1974.

**Saiba mais sobre a conspiração dos jovens militares que derrubaram a ditadura no dossiê multimédia desenvolvido pela Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril**



A primeira parte da brochura reúne um conjunto de textos da responsabilidade das entidades que promoveram a evocação dos 50 anos do encontro de Óbidos: Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril, Associação 25 de Abril e Câmara Municipal de Óbidos.

A segunda parte apresenta algumas peças documentais, em que se destacam as provenientes do arquivo pessoal de Vasco Lourenço, que possibilitam conhecer mais detalhes sobre esse acontecimento histórico central no caminho para a Democracia:

**Documento 1.**

Circular do Ministério do Exército, de 12 de outubro de 1973, suspendendo os decretos-lei n.º 353/73 e 409/73.

**Documento 2.**

Circular da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães, de 23 de outubro de 1973, sobre os decretos-lei n.º 353/73 e 409/73.

**Documento 3.**

Circular da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães de 1 de novembro de 1973, sobre a necessidade de uma reação coletiva.

**Documento 4.**

Intervenção de Luís Ataíde Banazol na reunião de São Pedro do Estoril, 24 de novembro de 1973.

**Documento 5.**

Agenda para a reunião de Óbidos aprovada em S. Pedro do Estoril, a 24 de novembro de 1973.

**Documento 6.**

Croquis fornecido aos participantes no encontro de Óbidos, de 1 de dezembro de 1973.

**Documento 7.**

Reunião de Óbidos: resumo das

respostas ao primeiro ponto da agenda, sobre as três hipóteses de evolução do Movimento.

**Documento 8.**

Reunião de Óbidos: unidades a contactar por Vasco Lourenço, Artur Pita Alves, Luís Macedo e outros capitães. Manuscrito de Vasco Lourenço.

**Documento 9.**

Reunião de Óbidos: respostas aos diferentes pontos da agenda de trabalhos e número de representantes por unidade. Manuscrito de Vasco Lourenço.

**Documento 10.**

Reunião de Óbidos: respostas aos pontos da agenda de trabalhos relativos à composição da Comissão Coordenadora e dos potenciais chefes do Movimento.

**Documento 11.**

Reunião de Óbidos: composição da Comissão Coordenadora eleita.

**Documento 12.**

Reunião de Óbidos: outros apontamentos de Vasco Lourenço.

**Documento 13.**

Fragmentos da ata da reunião de 5 de dezembro, na Costa da Caparica. Manuscrito de Otelo Saraiva de Carvalho.

# A MEIO DO PERCURSO, O MOVIMENTO ORGANIZA-S A CAMINHO

Fotografia: Arquivo Associação 25 de Abril





# Em 1 de dezembro de 1973,

**o Movimento atravessava  
um período bastante  
crítico, com perigos a  
surgir de cada esquina.**





Tudo se intensificara em outubro, quando, na sequência da última farsa eleitoral do Estado Novo, o ditador Marcelo Caetano assumiu medidas já algo desesperadas, que considerou necessárias e urgentes, no sentido de parar o Movimento, que a sua inteligência já lhe mostrava poder ser imparável.

Medidas radicais que a sua perspicácia lhe aconselhava - "cuidado com os Capitães. São suficientemente novos, para se deixarem comprar", alertara os seus colaboradores, todos pressionados por saberem que estava em curso a recolha de pedidos de demissão de oficial do Exército, recolha essa que ultrapassava já os 700 exemplares.

Caetano sabia que, mesmo que metade deles viesse a recuar - há sempre quem o faça - o Exército, e com ele a manutenção do esforço de guerra, ficariam impossíveis se tal se consumasse.

Foi o tempo de alguns (felizmente muito poucos) aderirem aos apelos do Governo - estavam no Movimento apenas por razões corporativas, a revogação dos célebres decretos chegava-lhes - abandonando a luta face à bandeira da proposta de um cheque em branco ao Governo.

Governo que, revogado o decreto, continuaria com tentativas de compra aos oficiais do Movimento, nomeadamente com um elevado número de promoções de oficiais (mais de 200) e o maior aumento da história do Exército, que no posto de Capitão e Coronel atingiu valores próximos dos 100%.

Como escrevi em 2005, quando aqui evoquei os 30 anos desta importantíssima reunião, aqui nos reunimos perto de 180 oficiais, em representação de 426, da maioria das Unidades militares da Metrópole (o número de representadas ultrapassou as 40).

Com uma agenda aprovada na reunião de S. Pedro do Estoril, em 24 de novembro, claramente influenciada pela defesa de uma intervenção militar imediata, aí defendida pelo tenente Coronel Luís Ataíde Banazol, coube aos oficiais do Movimento do R.I.5 das Caldas da Rainha (14 foram os representados nesta reunião) a organização da reunião, para o que obtiveram a preciosíssima ajuda do 1.º Cabo Miliciano Octávio Pinto (obtenção do espaço onde reunimos), que viria a sofrer as consequências desse apoio (as chefias militares, não tendo coragem de atuar sobre os oficiais, carregaram sobre o cabo miliciano, transferindo-o para os Açores, onde nos viríamos a encontrar mais tarde...).

Foi uma reunião relativamente ordeira, apesar da defesa da intervenção militar imediata que, não tendo obtido a maioria dos votos, se revelou como o objetivo final da caminhada que estávamos praticando.

E, se a reunião de Alcáçovas, em 9 de setembro, pode ser considerada como a de criação do Movimento, esta reunião de Óbidos, a 1 de dezembro, é bem a da consolidação/organização do Movimento, que nos levaria à reunião de Cascais,

a 5 de março de 1974, que podemos classificar como a de decisão, pois seria aí que assumiríamos a realização do golpe militar, para derrube do regime, com a apresentação de um programa político, que dizia ao que vínhamos e o que prometíamos aos portugueses.

Depois de Óbidos continuámos a luta, que teve momentos difíceis, onde a chamada Kaulzada (já em marcha, quando aqui nos reunimos, o que impediu o Rodrigo Sousa e Castro e o Freire Nogueira de aqui comparecerem, pois estavam a fazer o primeiro contacto com o representante de Kaulza de Arriaga (Frade Júnior) foi talvez o maior perigo com que nos confrontámos, na vitoriosa caminhada para o Dia inicial, inteiro e limpo.

Como é compreensível, é com enorme emoção que, enquanto responsável maior do Movimento, organizador e moderador das suas principais reuniões, como aconteceu com a que aqui evocamos, recordo todo esse percurso.

Aqui ficam alguns apontamentos que então tirei, onde podemos rever como as principais decisões então foram tomadas: escolha da opção a seguir; decisão de alargamento do Movimento a todas as Forças Armadas (aqui, já estiveram oficiais observadores da Armada e da Força Aérea); escolha da Comissão Coordenadora; escolha dos 2 Generais a contactar, para cativar para o Movimento.

E, por muitos anos que passem – sobre esta reunião que aqui evocamos, já são 50 – a nossa emoção, continua; o nosso orgulho mantém-se; a honra por termos feito o que fizemos é uma realidade que não nos abandona; a certeza de que “valeu a pena”, apesar de tudo, onde se incluem muitas e grandes desilusões, sofridas neste caminhar de 50 anos, teima em continuar connosco.

**Um grande abraço amigo e de Abril, com um Até sempre aos que aqui estiveram há 50 anos e já partiram para o Oriente Eterno.**

**Vasco Lourenço**

Capitão de Abril

Presidente da Direção da Associação 25 de Abril

# ÓBIDOS:

O ENCONTRO DA LIBERDADE NO  
CALOR DO MAGUSTO

# Há 50 anos,

**um acontecimento  
marcante alterou o rumo  
da história de Portugal.**

**O 25 de Abril não foi apenas  
uma revolução política,  
mas a concretização do  
anseio coletivo por  
liberdade, justiça e  
democracia.**



Nestas comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, é essencial recordar um dos momentos cruciais que antecederam a Revolução, e que teve lugar em Óbidos a 1 de dezembro de 1973.

Nesta data, envolta na pacatez da vila, teve lugar uma importante reunião conspirativa dos Capitães de Abril, que marcou a jornada que culminaria na libertação de Portugal.

A atmosfera tranquila de Óbidos testemunhou o encontro sigiloso de um grupo de militares visionários que, sob pretexto de um Magusto, desafiaram um regime opressivo, semeando a esperança de uma nação livre e democrática, prosseguindo no caminho de uma revolução que viria a transformar o país.

Este encontro discreto foi mais do que uma simples reunião; foi um marco central na história de um movimento que desafiou um regime opressivo, semeando a esperança de uma nação livre e democrática. O encontro dos Capitães de Abril em Óbidos foi um ato de coragem e determinação, uma reunião que simbolizou a insatisfação crescente e a determinação de mudar o rumo de Portugal. Esse momento, ainda que silencioso e envolto em sigilo, foi o catalisador que acendeu a fúria da revolução iminente.

Recordar esse encontro é reconhecer a bravura daqueles que ousaram desafiar o status quo, aqueles que arriscaram as suas carreiras e até as suas vidas em prol de um ideal maior: A LIBERDADE.

Neste 25 de Abril é crucial honrar a memória daquela reunião. Óbidos, com a sua beleza serena e as suas muralhas antigas, continua a ser testemunha e guardiã desse marco no caminho para a libertação de Portugal.

Neste 25 de Abril é crucial honrar a memória daquela reunião. Óbidos, com a sua beleza serena e as suas muralhas antigas, continua a ser testemunha e guardiã desse momento, um marco no caminho para a libertação de Portugal.

Que este 25 de Abril seja, não apenas um tributo à libertação, mas também um reconhecimento da coragem e da visão dos capitães de Abril que, em Óbidos, deram mais um paço passo em direção a um país livre. Que o legado daquele encontro secreto seja celebrado como estando na base de uma nação que se ergueu em busca da democracia, justiça e liberdade.

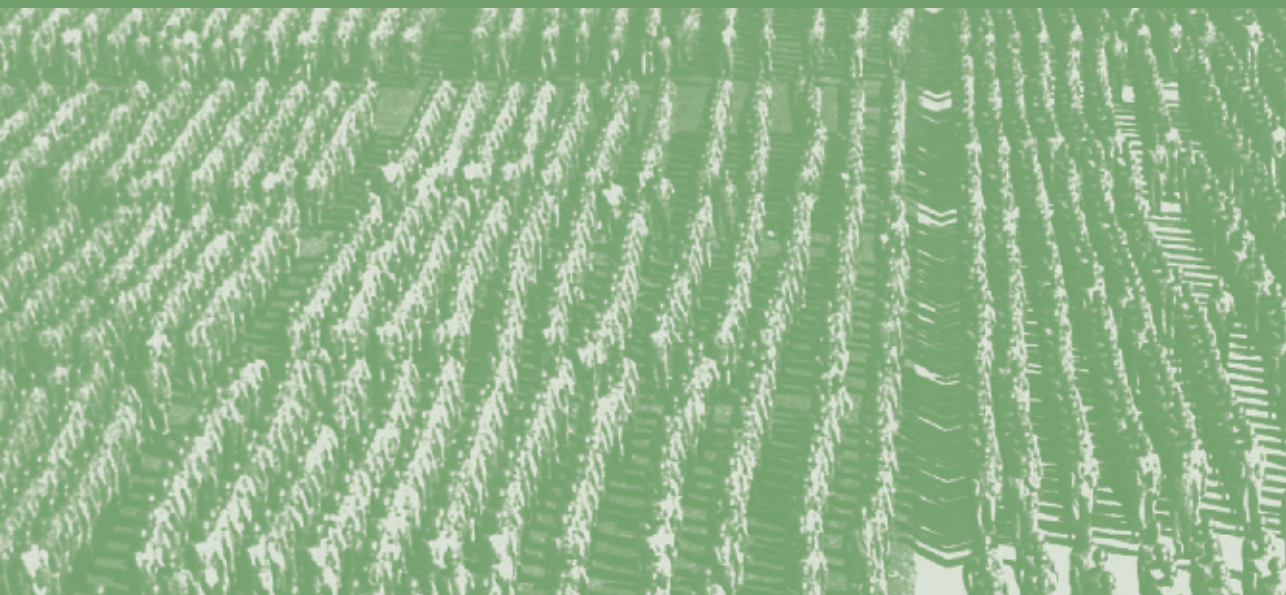
**Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva Óbidos, o berço dos sonhos que inspiraram a Revolução dos Cravos!**

**Filipe Daniel**

Presidente da Câmara Municipal de Óbidos

**UM  
PASSO  
MAIS,  
NO CAMINHO PARA**

Fotografia: Arquivo Associação 25 de Abril



# ABRIL



# **A história do Movimento dos Capitães,**

**fundado em Alcáçovas,  
a 9 de setembro de 1973,  
é uma odisséia aliciante,  
de riscos e coragem,  
de um grupo de jovens  
e destemidos capitães  
empenhados em alterar  
a sua e a nossa história.**





Uma análise da sua evolução no último trimestre de 1973 – cujos marcos simbólicos foram, entre outras, as reuniões de S. Pedro do Estoril (24 de novembro), de Óbidos (1 de dezembro) ou da Costa da Caparica (5 de dezembro) – reveste-se de particular interesse.

A partir de outubro e da revogação dos polémicos decretos-lei, tornou-se evidente que o Movimento ultrapassara a fase das reivindicações corporativas. A questão do prestígio da instituição militar tornou-se central, multiplicando-se os protestos contra a incapacidade do Governo para manter a notoriedade da instituição, e apontando-se cada vez mais para a política colonial como base deste problema. Nesta fase, o movimento de contestação adquire enorme representatividade na Guiné, Angola e Moçambique.

Da mesma forma, denota-se uma preocupação com os aspetos organizativos. Uma das primeiras estruturas a ser constituída foi a Comissão Coordenadora, criada com base no núcleo promotor do encontro de Alcáçovas. Esta Comissão conheceu várias composições e designações, sendo rebatizada de Comissão Coordenadora e Executiva na reunião de Óbidos, de 1 de dezembro de 1973. Foi secundada por outras estruturas que são criadas e extintas, no seu interior ou para além dela, de acordo com a evolução do Movimento, que serão fundamentais na

preparação da «Operação Viragem Histórica».

Apesar das dificuldades, decorrentes das condições da clandestinidade e das tensões no interior do Movimento, a sua essência alterou-se progressivamente, num processo hábil, conduzido por um grupo mais restrito para quem era cada vez mais evidente que não existia uma solução militar para a guerra.

Conhecer e divulgar a história do Movimento dos Capitães é, em nosso entender, uma das melhores formas de homenagear e celebrar o 25 de Abril.

A 9 de setembro de 2023, celebrámos, em Alcáçovas, os 50 anos do nascimento do Movimento dos Capitães. Da mesma forma, a Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril não podia deixar de se empenhar na evocação de mais este importantíssimo marco da nossa história: a reunião de Óbidos de 1 de dezembro de 1973. Realizada num momento em que se denotava a crescente politização do Movimento, o encontro permitiu lançar as bases organizativas da futura «Operação Viragem Histórica». Conhecer a história desse encontro, inserindo-o no percurso que nos vai conduzir ao “dia inicial inteiro e limpo”, reveste-se de particular interesse e oportunidade. Celebrar Abril é conhecer o passado, estimular e registar a memória e, com ela, perspetivar o futuro.

**Maria Inácia Rezola**

Historiadora

Comissária Executiva da Comissão Comemorativa 50 anos 25 de Abril

PITA

PORTO

(LANEIRO)

MACEDO

REI

EPAE

DAF

M. OLIVEIRA

EPI

RIS

A.M

CASTRO

C.F. CASAL

EPC

C. IAAC

DOWN

EPAM  
CERET  
BRT  
ENE

PI.

POZ DO ABELIO

estátua de Rainh

R. 1.5

TONEL S VIDRAS

LISTOS

RIO NICH  
SANTAREM

ÓBÍDÍOS

-posto de gasolina  
-escultura

P.C.

3.00/4

ÓBÍ

-2 arcos sobre o

# ENTOS

# Documento 1

Circular do Ministério do Exército, de 12 de outubro de 1973, suspendendo os decretos-lei n.º 353/73 e 409/73

Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Arquivo Vasco Lourenço

CIRCULAR Nº 3382/PG

Lisboa, 12 de Outubro de 1973

ASSUNTO: - DECRETOS-LEI Nº 353/73 E 409/73

Para conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> e dos oficiais em serviço nesse Q.G., Direção, Chefia, Unidade ou Estabelecimento, se transcreve o Despacho de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro do Exército de 12 de Outubro de 1973, que é do seguinte teor:

..." Considerando dúvidas apresentadas quanto à aplicação dos DL 353/73 e 409/73, determino que sejam estudadas caso por caso as situações dos oficiais a que digam respeito e as incidências sobre a situação dos restantes, o que será oportunamente apresentado em conjunto a despacho ministerial para adequada resolução.

Entretanto todo o movimento de promoções continuará a fazer-se normalmente, de acordo com a legislação em vigor até à data de promulgação daqueles diplomas.

Para execução pelo EME (Serviços do Ajudante-General) e conhecimento aos Generais Comandantes de Região e Unidades ou Estabelecimentos Militares."

12/10/73

Assina H. de Sá Viana Rebelo

# Documento 2

## Circular da Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães de 23 de outubro de 1973

Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, Arquivo Vasco Lourenço

2307/73

CIRCULAR

ASSUNTO: Ponto de situação sobre os decretos 1ei 353 e 409 e suas implicações

VASCO LOURENÇO

CARO CAMARDA

Reconhecendo que tem havido uma notória falha na informação prestada a todos os oficiais do Q.P. sobre os aspectos dominantes resultantes da publicação dos decretos em assunto, o que do modo nenhum quer significar abandono ou desinteresse pela causa que é de todos nós, mas apenas as reais dificuldades criadas pela ausência de tempos disponíveis que mesmo a "corolice" não consegue suplantar, aliada à não existência de uma organização especialmente estruturada para o efeito, pois ao fim e ao cabo, como sabos, não há responsáveis nem dirigentes no "nosso movimento", mas sim uma "comissão coordenadora" com carácter rotativo, de forma a que o maior número de camaradas possa tomar parte activa no nosso problema, a qual procura estar sempre atenta e ao cimo do acontecimento para poder informar com oportunidade e na qual temos que, sem reservas, de qualquer espécie, depositar o nosso integral voto de confiança, dado que a sua missão é apenas reunir e coordenar a vontade expressa de todos nós. Assim aqui estamos hoje a fazer-te o ponto da situação sabendo do antanho que não será nunca a justificável falta de informações, num movimento que ainda agora nasceu, que te tornará indiferente ou alheado das reais causas que o motivaram mas para que, informado, embora não tão amido como seria desejável, te possas sentir apoiado, fortalecido e vacinado contra esse flagelo terrível e omnipresente que é o boato.

Passamos assim a enumerar-te sucintamente, as principais efemérides:

1. 13 JULHO - Publicação do dec. 1ei 353/73 no D.G. Reações imediatas e significativas:
  - a) MEMORANDO apresentado ao Director do Serviço de Pessoal por uma comissão de Oficiais estagiários do EPDS.
  - b) Contas de exposições apresentadas por ten. cor., majores, capitães e subalternos focando a inconstitucionalidade do decreto, referindo as consequências da sua aplicação, denunciando a maioria deles o real abalo do prestígio da instituição Militar e do considerável prejuízo decorrente para os oficiais do Q.P. oriundos de cadetes da A.M.
2. - Aparecimento de dois panfletos intitulados "Dos espúrios aos puros" e "estagnação ou progresso", em linguagem grosseira e sofisticada, destituída de qualquer senso de ética militar.
3. 14 AGOSTO 73 - Discurso de S. Ex.º o Ministro do Exército na EPI. Reconhecimento do erro cometido e tentativa de justificação da razão de ser da publicação do Decreto. Promessa de anular o erro.
4. 20 AGOSTO 73 - Publicação do decreto 409/73 no D.G. Introdução de alterações ao dec. 353/73 que satisfizem apenas o problema da ultrapassagem dos oficiais superiores, continuando o mesmo problema a vigorar relativamente a capitães e subalternos, não aflorando o problema fundamental do prestígio da instituição. Reações imediatas e subsequentes:
  - a) Continuação da integração dos oficiais superiores no movimento referido em 1.b. pela não solução do problema prioritário e até agora não resolvido - abalo do prestígio de Instituição Militar - , no entanto abandono de alguns deles por terem limitado o problema da ultrapassagem e o consideraram resolvido.
  - b) Difusão de uma circular de oficiais do Q.P. oriundos de A.M. relatando o que estava a passar, apontando hipóteses viáveis das causas da publicação, e estabelecendo planos para uma reacção geral a tomar perante o teor do novo decreto.
  - c) Em 05 Set., envio de uma exposição assinada por cinquenta e um oficiais do Q.P. em comissão na Guiné, e apenas estes, face à urgência na definição de atitudes a tomar, a várias altas entidades, nomeadamente S. Ex.ºs os Presidentes da República e do Conselho.
  - d) Em 09 Set. 73, reunião de cento e trinta e seis oficiais de todas as armas e serviços e ainda ~~paracaidistas~~, nos arredores de Évora. Discussão generalizada do assunto, tomadas de posição e acordo unânime de pontos de vista. Elaboração consequente de uma exposição dirigida a S. Ex.º o Presidente do Conselho do Ministros da qual foi dado conhecimento a S. Ex.º o Presidente da República, posteriormente entregue pessoalmente por uma comissão de três oficiais nas duas presidências.
  - e) Em execução da proposta aprovada na reunião de Évora, divulgação das decisões tomadas a todos os níveis, seguida de recolha de assinaturas de solidarização de oficiais que não tendo estado presentes em Évora deram a todas as decisões aqui tomadas a sua total adesão. Entrega posterior dos documentos, num total de cento e noventa assinaturas a S. Ex.º o Presidente do Conselho.
  - f) 26 SET 73 - Entrega de uma exposição assinada por noventa e sete oficiais em comissão militar em Angola a S. Ex.º o Presidente do Conselho.
5. - Pelo BMC ordenada a deslocação à A.M. -E.P.I. -C.I.D.E., de uma comissão formada por um tenente coronel do EM e um major da RD/OSP. Auscultação da opinião generalizada dos oficiais, sobretudo capitães e subalternos e da qual a solução preconizada por estes. Elaboração por essa comissão de um relatório confidencial, ao que se julga extremamente honesto e realista, abonando exemplarmente os seus autores.
6. - NOTA CONFIDENCIAL PESSOAL do Governador Militar de Lisboa procurando justificar a razão de ser do decreto 353 e chamando a atenção para a possibilidade de os oficiais se colocarem sob a alçada do RDM por adesão ao projectado na carta-circular referida em 4. b.
7. - 14 SET 73 - Circular confidencial do Gabinete de S. Ex.º o Ministro do Exército, com conhecimento obrigatório e individual para capitães e subalternos, procurando justificação, uma vez mais, para as medidas tomadas com a aplicação dos dec. lei em assunto. Posição altamente desfavorável ao seu conteúdo por parte de generalidade dos oficiais. Outras atitudes e factos:
  - a) Reunião do Conselho Superior do Exército que discutiu o problema. Posição INTRANSIGENTE assumida por S. Ex.º o Ministro da Defesa em relação à questão.
  - b) S. Ex.º o General CEMGA manifestou a opinião de que o teor dos decretos devia ser revisto.
  - c) Posterior e imediato contacto de S. Ex.º o General CEMGA com o Sr. Presidente do Conselho a quem expôs o seu ponto de vista.
  - d) Impossibilidade apresentada por S. Ex.º o Presidente do Conselho, de revogação dos Decretos por motivos óbvios. Indicação de boa vontade em rever o assunto por parte de S. Ex.º, promessa de tomada de atitude dentro de um período de três semanas, pedido da cessação de "agitação" por parte dos capitães.
  - e) Conhecimento da realização do novo Conselho Superior do Exército na ausência de S. Ex.º o Ministro da Defesa e declaração de alguns oficiais Generais de não concordância com o teor dos decretos. Justificação de não tomada de atitude em anterior Conselho face à maneira como a questão fora apresentada por S. Ex.º o Ministro.
8. - Reunião com delegados de quase totalidade das Unidades e Estabelecimentos Militares da Metrópole e representantes de Angola, Moçambique e Guiné especialmente deslocados para o efeito e ainda com representantes da Marinha e da Força Aérea. Decidido apresentar o pedido de demissão colectiva,



caso não fossem satisfeitas as condições por nós apresentadas de total revogação dos decretos publicados e outras, acompanhado de requerimentos individuais entregues à custódia de comissão idónea para tal efeito nomeada e responsabilidade desta os guardar em local secreto e absolutamente seguro, os quais seriam entregues às superiores instâncias se não viesse a verificar-se por intransigência comprovada de S.Ex.ª o Ministro da Defesa, a satisfação das nossas condições.

9. - Adesão do oficiais de todas as patentes Armas e Serviços à tomada de posição referida em 8. da presente circular, considerando estar em causa não só o prejuizo do Exército mas também o das Forças Armadas.
10. - 12 OUT73 - Despacho de S.Ex.ª o Ministro do Exército mandando nomear uma comissão encarregada de estudar caso por caso a situação dos oficiais criada pela aplicação dos decretos e continuação da aplicação das leis em vigor até à promulgação dos mesmos decretos para efeitos de processamento das promoções.
11. - Considerando que esta última medida não é de modo nenhum satisfatória, constituindo apenas mais um sinapismo que não veio curar o mal maior - a efectivação do "curso intensivo" de dois semestres a iniciar em JAN74 - continua por todo o País e Ultramar a recolha dos requerimentos individuais referidos em 8, o cujo número ascende já a largas centenas.

Confiado em que vanha a ser feita JUSTIÇA pelas ALTAS ENTIDADES responsáveis, o fim de evitar a adopção de atitude drástica que de modo nenhum desejaríamos tomar pela devoção que nos ligou, desde adolescentes, à Instituição Militar, mas a que a força poderosa da circunstância e o desprezo magnânimo dos Chefes responsáveis pela nossa situação, a quebra do nosso prestígio e dignidade nos pode vir a obrigar, e, "exigindo" a tua real e efectiva adesão confiança e interesse, envia-te um abraço com a amizade

A BEN DA NAÇÃO E DO EXERCITO

A comissão

EM TEMPO .- Em anexo junta-se um documento elaborado pelos nossos camaradas da Guiné, o qual pelo seu inagável interesse consideramos útil difundir.

VASCO LOURENÇO

PROJECTO DE REPUTAÇÃO DA CIRCULAR Nº 490/S de 14 de SETEMBRO da REP. DE:

Após tomar conhecimento da circular nº 490/S de 14 de Setembro da REP. GAB. M. E., entenda em sua inteligência e em sua consciência e por dever de lealdade para com os seus chefes, ser sua obrigação expor à V. Ex.<sup>a</sup> o seguinte:

**PRIMEIRO**:- Forque o testemunho de brio profissional, considera justificadas o salutaras as emoções sentidas perante os decretos 353/73 e 409/73 pois julga-as, por um lado, rude golpe no prestígio da função militar e, por outro lado, desleal acção contra a sua esperança individual de promoção porquanto ao ingressar na A.M. lhe não foi feita prevenção das contingências de ultrapassagem na sua antiguidade para além das expressas no E.O.C. à data em vigor e que é, por assim dizer, o seu contrato de trabalho.

**SEGUNDO**:- Não aceita e não compreendo a afirmação feita na introdução da circular de que é completamente impossível dar solução a curto prazo ao problema de carência de Oficiais do Exército. Entende que seria necessário que a circular expusesse as razões de tão categórica como, em seu parecer, estranha afirmação.

**TERCEIRO**:- Concorda que se procure aumentar o número de Oficiais do Q.P., necessidade expressa no parágrafo 2.5 da Circular. Entende todavia que essa procura se deve fazer de tal modo que, se porventura o fim da guerra os tornar superfluos nos fileiros, se não tornem superfluos na sociedade. Para isto acha necessário que, tal como se verifica actualmente em Israel, "O EXÉRCITO SEJA UMA ARISTOCRACIA DE MÉRITOS QUE FAÇA A SOCIEDADE CIVIL RECEBER EXPERIÊNCIAS ADMINISTRADORAS QUANDO OS MILITARES PASSAM À RESERVA E TODO O PAÍS DISSO BENEFICIAR" (Time, 17/10/69, pág. 62)

**QUARTO**:- Concorda que se aproveite a experiência, a vocação e o desajo de ingresso definitivo nos fileiros dos Oficiais do D.C. que já deram provas no Ultramar. Entende contudo, que esse aproveitamento se deve fazer de tal modo que, não ofenda nem o prestígio de função militar reduzindo a Academia, em comparação com as Academias de West Point ou de Ielavive, e o centro de formação profissional acelerado para capitães de guerra, nem ofenda a ética militar, fazendo como em alguns casos sucedeu os decretos foram tomados efectivos, que um Oficial que foi bom cadete e bom aluno seja ultrapassado na sua carreira por alguém que, porque recusado como cadete ou reprovado como aluno, foi incorporado como soldado-cadete.

**QUINTO**:- Considera ineficaz o exemplo citado em 2.6 da circular de que em muitos países foram reduzidos os cursos das suas Academias Militares porquanto em seu espírito avulta o exemplo da Inglaterra, onde, apesar de oferta não cobrir as suas necessidades de pessoal, foi adoptada uma política que darão resultados a longo prazo: "NÃO DESER OS NÍVEIS MÍNIMOS DE EXIGÊNCIAS" (Military Review, Set/72, pág. 9, edição Bras.). Além disso conheço que "Estudos revelaram que as considerações decisivas na estruturação de uma carreira atraente são as perspectivas finais" (Military Review, Jul. 71, pág. 37, edição Bras.). Considera portanto erradas e enganadoras quaisquer facilidades iniciais como base na atracção a uma carreira digna.

**SEXTO**:- Refute o afirmado em 2.7 da Circular de que é pura utopia qualquer solução tendente à maior selecção dos cadetes à A.M. e ao aumento do nível de formação cultural e técnica dos seus cursos. Como a circular não indica nenhuma das soluções que são consideradas utópicas, sugere-se que se faça a seguinte experiência, que aliás devia já ser prática para que a "Pátria não corra o risco", enunciado pelo Excmo. General Câmara Pina numa sua mensagem de Natal, como C.E.M.E., "de se dividir em combatentes e usufruidores".

Pague-se aos capitães a vida para que sigam as projectos de Cabore Bassa ou a exploração das minas de Diamang NO MENOS METADE do que ganha um engenheiro dessas obras ou dessas minas, o qual apenas corre o risco de que os capitães não achem incentivos que os leve a arriscar-se, e ver-se-á que, conquanto que a crise de quadros seja muito enas que uma questão de dinheiro, utópico é querer galinha gorda com magro albigóiça.

**SETIMO**:- Considera que a medida tomada com a publicação dos decretos para que, conforme diz a circular em 2.8, com rapidez seja resolvido o problema da quantidade de oficiais, não resolve o problema muito mais feroz que é o da qualidade; e acha que se, conforme diz ainda a circular, tal solução não impede estudos mais profundos para se conseguir a qualidade, recata uma travagem de tais estudos por que a sua urgência foi dissolvida em medidas de superficialidade, medidas que atacam os efeitos e não as causas. Fragam de que é inficito o facto de a circular não anunciar o começo dos referidos estudos.

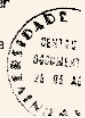
**OITAVO**:- Considera flagrante e aberrante a contradição do exposto no parágrafo 1. da circular em relação ao exposto no parágrafo 4. Com efeito af a circular reconhece oficialmente que são difíceis as condições de vida dos quadros no aspecto socio-económico e em 4. faz a apelo de benefícios sociais concedidos. A contradição vem de estes benefícios, aliás tantos, correntes nas práticas gerais de providência e inferiores aos utilizados nas grandes empresas, são inapropriados pois não resolvem as difíceis condições de vida que o parágrafo 1. refere com subsistente. Por outro lado considera que, se oficialmente se reconheça, como faz o mesmo parágrafo 1. que os quadros vêm suportando inegáveis sacrifícios será necessário conceder-lhes inegáveis benefícios. Além disso discorda em absoluto que, conforme se diz no parágrafo 4. da circular, grande parte dos problemas que afectam o Exército sejam comuns a outros sectores de vi à Nacional. A verdade, conforme aparece à sua consciência e à sua inteligência é a seguinte: O País está a sacrificar os seus militares mas não os seus advogados, os seus banqueiros, os seus engenheiros, os seus industriais, etc. Porque e com base em que sistema de moral este sacrificio exclusivo de um grupo profissional de cidadãos?

**NONO**:- Em face do anteriormente escrito a circular não demove de todo algum da convicção de que existe a necessidade de melhorar o nível profissional e intelectual dos Oficiais oriundos da A.M. através de uma maior selecção e de um melhoramento e enriquecimento dos seus cursos. Julga, assim, todas as medidas de reforma a considerar devem, além de estimular a carreira das armas ter como objectivo adigificação de mesma carreira, o que implicaria uma reforma profunda. Considera também que não se atinge a finalidade anterior com a publicação dos decretos 353 e 409 imputando-lhes os inconvenientes seguintes:

- Com a sua publicação não fica resolvido o problema de fundo;
- Contrair a mesma finalidade baixando o nível intelectual do curso;
- Altorar diplomas legais anteriores que fundamentaram o seu ingresso na carreira militar, criando situações delicadas contrárias à ética militar, resultando do alteração de antiguidades.

**DÉCIMO**:- Considera inaceitável o apelo à disciplina expresso no parágrafo 5. da circular, se este apelo visar fazer aceitar pela força disciplinar argumentos que, como expôs, lhe surgem intelectual e éticamente refutáveis.

**DÉCIMO PRIMEIRO**:- Considera, tal como é expresso no parágrafo 5. da circular, que todas as medidas referentes às F.A. têm que ser inspiradas no seu interesse superior que o mesmo é dizer no interesse da Pátria. Por isso, e para isso, como as estabeleceram-se as medidas que a circular procura explicar foram apenas consultados o Conselho Superior Militar e os C. Chefes das P.A. e, portanto, foi completamente posta de lado a opinião, o sugestão ou a colaboração dos componentes dos grupos mais directamente afectados pelas determinações dos decretos 353 e 409, julga ser seu dever propor à V. Ex.<sup>a</sup> a revogação dos mesmos e a aprovação das seguintes hipóteses:



## 1 NOV. 73 CIRCULAR

ASSUNTO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIRCULAR DE 23 OUT. 73, SOLIDARIZAÇÃO COM OS CAMARADAS DA GUINÉ. INFORMAÇÕES SOBRE ATITUDES TOMADAS PELA CLASSE DE SARGENTOS.

Referências:

N/CIRCULAR DE 23 OUT. 73 SOBRE «PONTO DE SITUAÇÃO».

Caro Camarada:

Cá estamos de novo a informar-te sobre as últimas. Sabemos já que a nossa circular em referência te agradou, mas que, em relação a ela, puseste logo duas adversativas:

1. E agora? «ISTO» pára aqui?

2. O projecto de refutação dos camaradas da Guiné que seguia em anexo está incompleto. Há mais coisas a dizer.

Pois quanto à primeira, é evidente que ao enviar-te o anexo foi nossa intenção fazer com que, ao lê-lo, ficasses com a convicção de que, precisamente, depois da revogação dos infelizes decretos (parece que, felizmente, o bom senso não abandonou as altas entidades responsáveis e a anulação dos ditos vai ser um facto) nos iremos debruçar atentamente sobre outros assuntos fundamentais e de transcendente importância para o prestígio e o futuro das Forças Armadas. É a esperança nessa renovação, como aliás é desnecessário

dizer-te, que tem levado inúmeros oficiais de todas as patentes que, totalmente desiludidos, já tinham requerido a sua passagem à situação de reserva, ou ainda procuravam conseguir esta de qualquer maneira, a reconsiderar e a desistir da atitude anterior para se integrarem no movimento e participarem activamente na remodelação que se impõe.

Quanto à tua segunda adversativa, é evidente que «há mais coisas a fazer. O que nós, Comissão Coordenadora, pretendemos é receber as achegas de todos, para podermos ter, finalmente, um documento único que as englobe a todas e que nos permita trabalhar sobre ele, ponto por ponto com eficiência. Esperamos que um delegado da tua unidade nos faça chegar às mãos, brevemente, o que te pedimos.

Sabemos também que, embora tivesse ficado assente que seria feita uma distribuição geral e individual da circular em referência, houve muitos camaradas que não chegaram a recebê-la. Isto só



pode ser justificado pelo facto de não ter sido possível, por razões técnicas, tirar o número de exemplares desejado, que ficou muito aquém do previsto. Confiamos no entanto inteiramente em que estes lapsos, justificáveis, não possam constituir motivo forte para que te desinteresses do movimento que também é teu, ou para que passes a depositar menos confiança em nós. Oferecemos-te uma total garantia de honestidade, isenção e sacrifício da nossa parte e em troca exigimos a tua confiança ILIMITADA.

Se te sentires indeciso ou duvidoso quanto a quem somos ou o que pretendemos, do género «eu quero saber quem são os tipos da comissão e quais são as intenções deles», então desde já te pedimos que te ponhas completamente à margem do assunto e te abstenhas de qualquer atitude no futuro.

Quanto ao número 11 da circular em referência, informamos-te de que já foi atingido o «número significativo» de pedidos de demissão que havíamos estipulado, continuando no entanto a recolha por todo o território nacional. Está entre nós combinado um determinado prazo de confiança para que os decretos sejam revogados, findo o qual, se tal não se verificar, será apresentada às instâncias superiores «a declaração abaixo-assinada» já tua conhecida, por uma comissão para tal nomeada, reservando-se a comissão o direito de utilização dos requerimentos individuais após consulta definitiva a todos os camaradas signatários.

No âmbito da informação, o fundamental desta circular é referir-te que, ao que consta, os camaradas da Guiné que assinaram a exposição de 28 AGOST. 73 (ver 4.c da circular em referência), enviada às mais altas entidades, poderão vir ser ouvidos nos termos do artigo 130.º do RDM. Embora duvidemos de que tal aconteça, a verdade é que devemos estar preparados para a necessidade de uma rápida tomada de posição e accionar uma imediata atitude de solidarização se tal facto se vier a verificar, apresentando uma declaração em que desejamos ser também ouvidos, por escrito, nos termos do mesmo artigo. Em anexo, segue documento ampliativo sobre este assunto. Os pormenores de execução da atitude a tomar ser-te-ão transmitidos através da cadeia de ligação.

Como o nosso movimento está isento de qualquer cunho político [e qualquer insinuação-boato posto a circular sobre possível manobra da oposição para exploração da «ingenuidade (!) dos capitães» é de rejeitar com gargalhada], não contamos, evidentemente, com a intromissão das forças policiais (estamos a pensar sobretudo na DGS) no assunto. No entanto, garantimos-te que o problema está pensado e estão definidas as firmes atitudes a tomar, das quais terás em breve conhecimento.

Informamos-te ainda de que, em 5 OUT. 73, uma «comissão de sargentos do QP» do Exército enviou uma circular a todos os sargentos, acompanhando uma exposição dirigida a S. Ex. a O Secretário do Exército, marcadamente positiva,

assinada pelo primeiro-sargento ANTÓNIO GENS PERESTRELO e contendo um estudo em pormenor sobre as tremendas dificuldades em que se encontram, a dolorosa situação em que vivem, e que nos faz PASMAR em como ainda existem sargentos (essa classe tão necessária) nas FA e sobretudo no Exército. Em princípios do mês passado foi também difundida uma circular a todos os seus camaradas pela comissão de sargentos da Força Aérea. Informam-nos de Angola que os sargentos do QP (Exército) ali em serviço reagiram por escrito aos benefícios ultimamente concedidos, por decreto, aos sargentos da ONR e OF, colocando-os a eles

em situação altamente desfavorável. Para a classe de sargentos do Exército e da Força Aérea, o nosso total espírito de compreensão, apoio e simpatia na sua luta por umas Forças Armadas mais dignificadas e por isso mesmo mais conscientes.

E por hoje, camarada e amigo, é tudo. Com um abraço de amizade despede-se, com a promessa de um «até breve»

*A Bem da Nação e das Forças Armadas*

*A Comissão*

### **ANEXO À CIRCULAR DE 1 NOV. 73**

Por despacho do ministro do Exército, é provável que venham a ser ouvidos, nos termos do artigo 130.º do RDM, os oficiais da Guiné que assinaram a carta de 28-8-73.

Na essência, as questões que lhes vão ser postas são as seguintes:

- 1.ª Reconhece como sendo sua a assinatura?
- 2.ª Porque utilizou aquela forma para expor o assunto?
- 3.ª Da atitude deu conhecimento ao seu superior hierárquico?

Visando uma uniformidade de procedimento convencionou-se responder:

- 1.ª Sim, reconheço.
- 2.ª Porque, sentindo-se ferido no seu prestígio, na sua dignidade e no seu brio profissional e eclectismo intelectual, em resultado da aplicação dos Decretos-Leis 353/73 e 409/73, julgou ser a forma utilizada a mais rápida, em vez da via hierárquica, para que o seu sentir chegasse às entidades superiores. Dados os múltiplos e constantes problemas com que as entidades se debatem assoberbadamente, julga também ser esta a forma mais objectivade lhes dar conhecimento

do assunto. Ainda por esta razão julgou conveniente o envio da exposição às cinco entidades que directa ou indirectamente estariam interessadas no teor e implicação dos referidos diplomas.

3.ª Não. Após o envio da carta-exposição foi dado conhecimento do que se tinha feito aos Ex.mos Brigadeiros Comandante Militar e Comandante Adjunto Operacional, a este para que do assunto fosse dado conhecimento a Sua Excelência o Comandante-Chefe Interino.

Parece estarmos assim em face da necessidade de uma primeira tomada de posição colectiva, prática e imediata de solidariedade para com os nossos camaradas da Guiné que assinaram a referida exposição. Assim, no caso de tal facto vir a verificar-se, de que terão imediato conhecimento, propomos que sejam entregues o mais rapidamente possível, nas próprias unidades, declarações de adesão ao espírito que norteou os nossos camaradas do CTIG, reivindicando para cada um de nós igual procedimento disciplinar. No CTIG, oficiais superiores e todos os outros capitães que não tinham assinado a exposição de 28 AGOST. 73 aderiram já em massa a esta atitude.

#### MODELO DE DECLARAÇÃO:

Região Militar

a.Unidade

#### Declaração

· Tendo tido conhecimento de que os oficiais em serviço no CTIG que assinaram a carta-exposição de 28-8-73 motivada pelo teor dos Decretos-Leis 353/73 e 409/73, começaram a ser ouvidos nos termos do artigo 130.º do RDM, por despacho de S. Ex. a O Ministro do Exército, declaro considerar-me solidário com a referida atitude e com o conteúdo da mesma carta-exposição, só não a tendo assinado por não me encontrar, naquela data, em comissão na Guiné, pelo que declaro desejar também ser ouvido, por escrito, nos termos daquele artigo.

Data

Assinatura e posto.

## Documento 4

Intervenção do Tenente-coronel Luís Ataíde Banazol na reunião de S. Pedro de Estoril, em 24 de novembro de 1973 (transcrição)

Fonte: Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra

Meus caros camaradas, eu creio que vocês estão a perder o que têm de bom: energia e tempo, organização e vontade.

Estão a esgotar-se com um assunto que não vale a pena. Decididamente, não vale a pena.

O problema que vocês julgam que está no âmago disto tudo não vale um pataco e vai contra os nossos camaradas milicianos.

Eles também têm as suas razões, e não será pelo facto de vocês conseguirem levar a melhor, que tudo ficará resolvido. Pelo contrário, cada dia que passa, tudo se agrava.

E isso não é por uma questão de galões. O que vocês estão e todos nós, é agonizantes; simplesmente agonizantes.

Estrangulados por um regime que nos conduz directamente para o abismo, para a derrocada, aliás como o têm feito todos os regimes fascistas, nomeadamente os de Hitler e de Mussolini. Todo o mundo olha para nós, oficiais do quadro permanente, como verdadeiros agentes do nazismo. Agentes das S.S.

E não podemos de forma alguma evitar essa execranda imagem, se não tomarmos a iniciativa de uma reabilitação, uma redenção aos olhos do nosso povo e dos outros povos do mundo, utilizando a nossa força para derrubar o governo.

Tenho ouvido falar, insistentemente, no abalado prestígio dos oficiais. Pois que esperam vocês daqueles, cujos filhos, irmãos, e noivos são enquadrados por nós, para as guerras de África, donde poderão regressar mutilados, loucos ou mortos?

Que crimes estamos todos a cometer em nome da Voz do Dono.

**É preciso que acordemos do pesadelo; é preciso acabarmos de vez com a maldita guerra colonial, que nos consome tudo, incluindo a própria dignidade de militares profissionais de um país civilizado.**

Todas as nossas angústias, ansiedades e neuroses, se situam na tragédia para que fomos e estamos a ser lançados, por um tenebroso conluio, que tem a hipocrisia por fachada e o assassinio por norma.

E nós, que representamos a força das armas, por que esperamos?  
E nós, que vemos todos os dias esses exemplos de coragem dos moços universitários? Desarmados, enfrentam a polícia de choque, e não deixam amortecer um só dia a luta pela Liberdade.  
E nós, homens de armas?

É uma vergonha. Devemo-nos sentir envergonhados. É bem feito que nos humilhem e nos olhem com rancor. Somos a armadura da bestialidade e o bastião da brutalidade.

**Não tenhamos ilusões: o governo só sai a tiro e os únicos capazes de o fazer sair somos nós; mais ninguém.**

Se não o fizermos, a História nos julgará, como julgou as abencerragens de Hitler e com inteira razão.

Não devemos consentir que isso aconteça e que os vossos filhos e os meus netos se tenham de envergonhar de nós.

Impõe-se a Revolução Armada desde já, seja qual for o seu preço e as suas consequências.



3. Utilizar de iniciativas exclusivas militares, como forma de alcançar o prestígio do Ex. e de pressionar ~~o~~ Governo, ~~para obter a~~ ~~solução~~.

**B** - Discutir o problema  
É o Ex. ou alargá-lo  
a todas as f. Armadas

**P** - Como deve ser constituída  
a Comissão Coordenadora <sup>por quem</sup>  
para as suas funções.

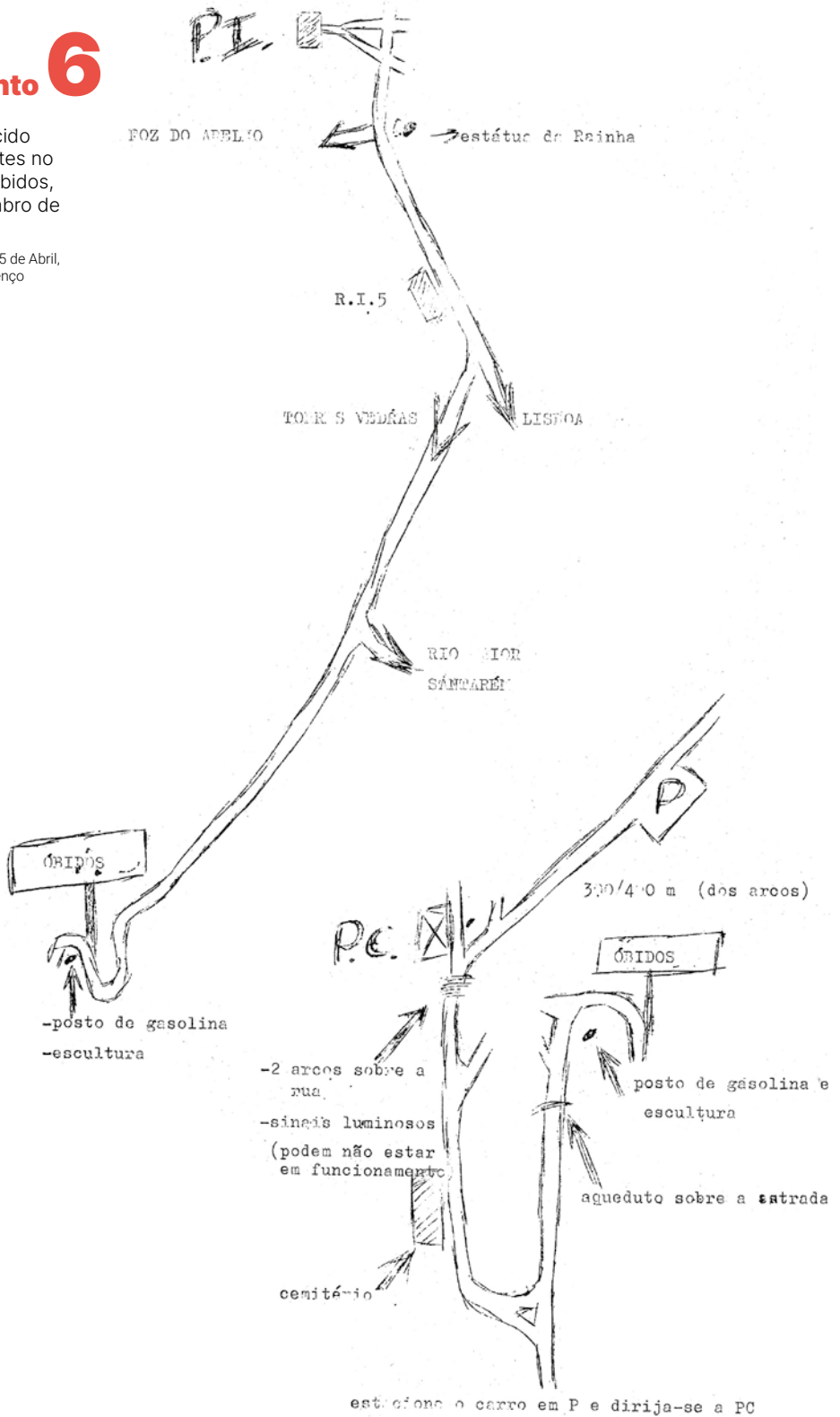
**D** - Para a solução escolhida,  
adiv. que <sup>se</sup> deve contactar algum  
chefe? Quem?

**E** - Estudo de situação.

# Documento 6

Croquis fornecido aos participantes no encontro de Óbidos, de 1 de dezembro de 1973

Fonte: Associação 25 de Abril, Arquivo Vasco Lourenço





# Documento 7

Reunião de Óbidos: resumo das respostas ao primeiro ponto da agenda. Manuscrito de Vasco Lourenço.

Em causa, as três hipóteses de evolução do Movimento: (a) Conquistar o poder e entregá-lo a uma Junta Militar, para democratizar o país [hipótese do golpe de Estado]; (b) Dar oportunidade ao Governo para se legitimar perante a nação através de eleições livres, fiscalizadas pelo exército e antecedidas por um referendo sobre a política ultramarina [hipótese legalista]; (c) Utilizar reivindicações exclusivamente militares para recuperar o prestígio do Exército e pressionar o Governo [hipótese legalista].

Fonte: Associação 25 de Abril, Arquivo Vasco Lourenço

**A** 3φ - 19 (ESCL.) - 6 - 2 - 1 - 3 - 2 - 1  
 4 - 4 - 11 - 8 - 9 - 9 - 3 - 12 - 0

125 + 19 cl ESCLAR. 2 - A/B

---

**B** 1 - 1 - 1 - 6 - 1 - 1 11 3 do chefe uolha

---

**C** 1 - 6 - 29 - 24 - 3 - 9 - 6 - 21  
 3 - 1 113 173

107

---

C Para A 2 - 3 - 8 - 27 - 20  
 60 7A EPTA 18C

N. VOT.  
 9 - COIMBRA 4  
 5 - LEIRIA 4  
 11 - D. A. E. ERAM  
 54 - EPI  
 14 - RES 12EM  
 11 - EPA

40% - 125  
 55% - 113  
 40% - 60  
 13

36% - 311 - 100  
 125 - u

12500 311  
 20060 40

17300 311  
 1750 55

11300 311  
 1970 36 1300 311  
 4

# Documento 8

Reunião de Óbidos: unidades a contactar por Vasco Lourenço, Artur Pita Alves, Luís Macedo e outros capitães. Manuscrito de Vasco Lourenço.

Fonte: Associação 25 de Abril, Arquivo Vasco Lourenço

E.P.I. - R.I. 5 - CAST. BRANCO - CHEFED

R.A.L. 1 - B.S.C.F. - T.AUTO - F.P.A.M.

S.CART.

|           |                 |       |                 |
|-----------|-----------------|-------|-----------------|
| E.P.I.    | R.A.L. 5        | EVORA | S.CART. -       |
| R.I. 5    | R.I. 13         | RAL 1 | <del>RA 1</del> |
| R.I. 3    | ESPINHO         | BSCF  | <del>RA 2</del> |
| TOMAR     | B.C. 10         | CIM   | <del>RA 3</del> |
| B.C. 1    | RAL 2           |       | <del>RA 4</del> |
| B.C. 6    | CICA 4          |       | <del>RA 5</del> |
| R.C. 8    | <del>RA 6</del> |       | <del>RA 6</del> |
| T.AUTO    |                 |       |                 |
| CHEFED    |                 |       |                 |
| PUPILOS   |                 |       |                 |
| INSP EF.  |                 |       |                 |
| D. G.A.   |                 |       |                 |
| Q.M. GEN. |                 |       |                 |
| M.E.      |                 |       |                 |
| DEFESA    |                 |       |                 |

| <u>PITA</u>          | <u>MACEDO</u>   | <u>M. OLIVEIRA</u> | <u>CASTRO</u>  |              |
|----------------------|-----------------|--------------------|----------------|--------------|
| PORTO                | REI             | EPI                | C.F. COR.      | EPAM         |
| (LAMEGO              | EPÆ             | RIS                | EPC            | CHERET       |
| (VISEU               | DAE             | A.M.               | C.IAAC         | BRT          |
| COIMBRA              | BE3             | PA                 | <del>EPÆ</del> | EME          |
| AGUEDA               | BSCF            |                    | EPA            | IAEM         |
| SEIRA                | EPTR.           |                    |                | OGFARD       |
| MEC.                 |                 |                    |                | AG. MIL.     |
| BC5                  | <u>M. SILVA</u> |                    |                | D.S.A        |
| ( <u>F. TAVIRA</u> ) | PARAS           |                    |                | <u>F. A.</u> |
| TREM AUTO            | A.M. AMB        |                    |                | E.P. ARCS    |
|                      | EVORA           |                    |                | D. I.        |

# Documento 9

Reunião de Óbidos: respostas aos diferentes pontos da agenda de trabalhos e número de representantes por unidade. Manuscrito de Vasco Lourenço.

Fonte: Associação 25 de Abril, Arquivo Vasco Lourenço

PORTO (BRAGA - PENAFIEL - ESPINHO) → 35 ~~→ 35~~

GENERALIDADE A

LAMEGO (BRAGANÇA - VISEU) → 19

HIPÓTESE A (ESCLARECIMENTOS)

COIMBRA (F. F. OZ) → 9

ÁGUEDA (~~LEIRIA~~) LEIRIA

6 - A

1 - B → A

2 - NEUTROS

1 - A FAVOR

MÉCAN. — 6

2 - A

2 - C → A

2 - A/B

B.C.5 — 2

1 - A

1 - C

TREM AUTO → 3

ALINEA A)

R.E. 1 → 6

- 3 - C → A
- 1 - B
- 2 - A

E.P.E. → 10

- 1 - A
- 8 - ~~C~~ com tentativa de hipótese da A
- 1 - B *Qualquer situação está conosco*

D.A.E. → 11

APOIO TOTAL AS DECISÕES DA ENB.

B.E. 3 → 7

- 6 - C
- 1 - Amorfo

BSCF → 4

- CMDT → CONTRA
- 2° " → A FAVOR

EPTR → 33 (27 ESCOLA + 6)

~~2~~ - A 87 Abs. / ~~10~~ - C 87 Abs. / ~~13~~ - A 2 Abs. // TOTAL C → A

CIAC → 7

- 4 - A → 7 C ou 7 A
- 3 - C

E.P.A. → 22

- 11 - A
- 11 - Expectativa...

EPAM → ~~15~~ ~~12~~ 15

- 8 - A
- 4 - Não contactados
- 3 - CONTRA

CHERT → 9

9 soluções C activa (8)

BRT → 6

Ⓞ agradando a A

EME → 21

21 → C (dura) se necessário = A

PARAS → 29

HIPÓTESE C

A.M. - AMADORA → 6

HIP. B

E.P.I. → 43+11

...

R.I.S → 14

...

A.M. → 25

- A - 4
- B - 1
- C - 20 (C PARA A)

C.T. CARR. → 3

Deixar ao chefe escolhido por nós a escolha da solução.

EPC → 24

HIPÓTESE C

IAEM

... 1C

O.G. FARD → 9

9 - A C/LEG.

~~A.~~

F.B.P. ACCOS → 12 (3 F. AEREA)

- 9 - A
- 3 - C

D. IND. → 5

- 3 - A
- 1 - B
- 1 - C

EVORA (BEJA) → ~~10~~ 12

B - A

PORTO COMISSÃO

LISBOA

CONTACTO d/A AUT. MIL. ESCOLHIDA

GEN. SPINOLA

LAMEGO

GEN. C. GOMES (2<sup>o</sup> PRIOR. → GEN. SPINOLA)

EX. }  
MAJ. } 2 década (of. SUP.)  
F.A. }

MAJON WUGO DOS SANTOS

1 ZANET

CHR. LOBATO FARIA

~~COMBRA~~ ÁGUEDA

GEN. G. GOMES (2<sup>o</sup> PRIOR. → GEN. SPINOLA)

MEC

GEN. L. GOMES (2<sup>o</sup> PR - SPINOLA)

B.C.S

GEN. C. GOMES - A

PARAS - C

TOMM AUTO

Escolher uma família por mês, e/cadaço de cada 2

7-2-1 ENGENHARIA

COMO? -> TOMM 4 ARMAS 2 SERVIÇOS  
106 SUP. 2 CAP. DE CADA

QUANTO? -> 2 TOMM 200 LOPM P. 1000  
CAP. PINTO LOARES

FUNÇÕES -> PLANEJAMENTO - COORDENAÇÃO -  
DELIBERATIVAS AÉ VIE O COMO MILITAR,  
QUE ELE DEVE ESCOLHER.

CHEFE -> Z. E. I. -> OPINIÃO

J. C. GOMES

1 - 2000 2 4 F. ARM.

Z. E. I. - OPINIÃO

CHEFE EM FA

V. A. E.

FUNÇÕES -> Deliberativa, contacto w/o  
-> Chefe  
-> Coordena no chefe

Soluções p/ eliminar o problema existente  
-> PRESENÇA à MISSÃO  
-> EXECUÇÃO após o plano.

EVORA

9 E. 4, não a. 2000 (3 li. cada)

GEN COSTA GOMES ou outros...

Z. E. I. B. M.

3 de cada arma e serviço a nomeação de quem...

GEN. MARCELIANO MARQUES  
1 - 1000 GOMES  
TOMM. PINTO LOPM P. 1000

GEN. COSTA GOMES

NÃO DE GEN. SPINDLA

CARREGUEIRA

2 (cada - 1000) p/ ARMA e SERVIÇO

GEN. COSTA GOMES (ARMA -> SPINDLA)

E. P. T. P.

19 - C. GOMES

1 - SPINDLA

PARAY

3 de cada arma ou serviço de cada  
(missão, o unidades + funções + considerações  
partes.)

Não admitir um chefe, admitir 2 de cada  
arma ou serviço, continuando a desenvolver, e para  
do B.M. para o chefe, para o entregue  
do chefe, para juntamente com o nome  
da unidade.

GEN. SPINDLA - V. ARRIBA - GEN. MARQUES

A. M. AMALDOR

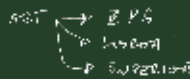
Exército -> 1000, 1000, 1000 - 1000 - 1000  
Bateria / 2000 / 2000 / 2000 / 2000 / 2000  
Bateria / 2000 / 2000 / 2000 / 2000 / 2000

E. P. C.

3 de cada arma ou serviço

C. B. P. C.

3 de cada arma ou serviço



E. P. A.

3 de cada arma ou serviço  
(cada unidade + representantes)

Exército em plano político  
e não se entregue nas mãos do chefe.

E. P. T. P. C. B. P. C.

Não admitir um voluntário de 5 (máx. esc.)

Exército de permanência

1 de E. 4      O chefe é que nos deve contar  
1 de E. P.

# Documento 11

Reunião de Óbidos: composição da Comissão Coordenadora eleita.

Fonte: Associação 25 de Abril, Arquivo Vasco Lourenço

PITEIRA ~~X~~ 25/28 (EVORA) BANASO ~~LOURENÇO~~

INFANTARIA

~~X~~ ~~Assp.~~ TEN. MARQUES JUNIOR - EPI-TRMS  
 CAP. VASCO LOURENÇO - BRT  
~~MAJ.~~ ~~VITOR ALVES~~  
 VITOR ALVES - EME ~~1~~  
 2431481

ARTILHARIA

~~O~~ ~~Assp.~~ MAJ. OTELO SARAIVA CARVALHO - SM  
 CAP. CASTRO - CIAAC  
 CAP. ~~SARAIVA~~ - EPA  
 TEN FERREIRA DA SILVA A  
 DE LOUSA

CAVALARIA

~~O~~ ~~Assp.~~ MAJ. SARAIVA - RC7  
 CAP. M. SIMÕES - A.M. Smad.  
 CAP. MAIA - ERC  
 Assp.

ENGENHARIA

~~X~~ ~~Assp.~~ MAJ GILLO  
 TEN. COR. LOPES PIRES  
 CAP. PINTO SOARES DA E.  
 COR. VASCO GONÇALVES  
 CAP. MACEDO - RE1

A. MILITAR

~~Assp.~~ ~~HUGO~~ MAJ AZEVEDO  
 COR. MARCELINO MARQUES  
 CAP. ~~VENÍCIOS~~ TORRES  
 ALF. GERALDI



TRANSMISSÕES | CAP. ACCIDE DE OLIVEIRA

~~X~~ 2036  
~~SARAVIA MENDES~~ | ~~CAP. FIGUEIRA~~  
~~CAP. PINTO CASTRO~~  
~~CAP. FIALHO DA ROSA~~

PARAS

CAP. BACÃO  
 CAP. SILVA PINTO  
 CAP. AVELAR DE SOUSA  
 A.S.

TER. ESP. JANTO

S. MAT

~~X~~  
~~Walter Fialho da Rosa~~

Autentex  
 Contactos  
 c/ of. de P.S.P. e G.N.R.  
 LAMEIRO  
 Caso do H. Silva  
 c/a Polícia

E. M. E

MAT MOTA

~~X~~

## Documento 12

Reunião de Óbidos: outros apontamentos de Vasco Lourenço.

Fonte: Associação 25 de Abril, Arquivo Vasco Lourenço

- Campanhas de elucidacão da Nação da parte do Exército.
- Campanha de elucidacão da Nação da situacão dos Ofic. do Ex.
- Evoluçoes do Ex. a medio prazo.
  - Reforma de | Preparacão dos Ofic. GP
  - | Escolha de subido a
  - | locais de chefia
- Problema dos Sargentos
- Revisão dos estatutos dos Q.P.
- Dada ao CEMGA a força que ele deve ter.
- Não identificacão do Ex. c/ as forças policiais.
- Proças
- Reestm tuacão do País (Forças Armadas)

- Permissão mais frequente
  - Autenticada
  - Necessidade de urgência  
+  
Decepções...
  - Q. G. / LIBBON → Ordem Ziblica
  - Chefe → Postz - Gomer
  - MOGAMBICANE
  - Doc. de INDIVIDUAIS - DEVOLUÇÃO
- IDEOLOGIA POLITICA
- | Possib. de antecipação  
| Bat. em Erosz  
| Postz

# Documento 13

Fragments da ata da reunião de 5 de dezembro,  
na Costa da Caparica. Manuscrito de Otelo Saraiva de Carvalho.

Fonte: Associação 25 de Abril, Arquivo Vasco Lourenço

*Combate*

## REUNIÃO EM 05 DEZ 73 (4ª FEZ)

A 1ª reunião da nova comissão de coordenação e execução, feita em Obidos, e que teve lugar na Costa da Caparica, compareceram cerca de 25 oficiais, entre os quais o Comandante e o Tenente-Comandante. Foi logo de início dada a palavra ao Oficial-Mor António Pereira, o qual, de acordo com a 1ª vez que compareceu a uma reunião, começou por tentar definir a sua posição e expor as suas ideias. Foi interrompido, num determinado momento, por outros camaradas, que, num delirio de entusiasmo, como já aconteceu em duas anteriores reuniões ao nível da unidade, expôs o seu plano de acção, decididamente de acordo com a hipótese A formulada no dia 24 de Novembro em S. Pedro do Estoril, aquando de uma assistência para uma reunião de discussão sobre as 3 hipóteses anunciadas e já estabelecidas em prioridades, por votações realizadas que em 01 DEZ 73, na reunião de Obidos. Voltou-se posteriormente à discussão da hipótese C, tendo um camarada apresentado a opinião da sua unidade, da qual era portador e representante, e que consistia em apresentar ao Governo reivindicações exclusivamente de âmbito militar e com a maior validade possível mas de tal ordem que aquela não tenha grande possibilidade de as resolver, originando-se assim uma forma de pressão que, na ausência de hipótese, poderá levar à demissão do próprio Governo e, na pior, ao desisto recanalamento para a hipótese A. Apresentou ainda, como evolutivo, alguns objectivos que a sua unidade considera fundamentais, sendo já. (VER ANEXO FINAL DESTA ACTA). A proposta apresentada teve aceitação por parte da maioria e ficou acordado que não seriam estabelecidos prazos para satisfação das reivindicações que foram sendo apresentadas, ficando decidido que estas objectivos e outros a apresentar posteriormente, deverão ser apresentados aos outros 2 membros da FA em próxima reunião conjunta a realizar, provavelmente, em 9 DEZ.

Ficou decidido por maioria que se devam manter as anteriores equipas de ligação, criando-se, dentro desta nova "Comissão de Coordenação e Execução", outras comissões de especialidade, (sub-comissões) mediante a diversas actividades. (VER ANEXO FINAL DESTA ACTA)

Ficou decidido continuar a manter-se a ligação com o Ultramar (Guini - Angola - Moçambique) nos moldes anteriores e à responsabilidade da mesma camarada, foi apresentada o sistema de actuali-

# O CAMINHO LIBERDADE

A reunião de Óbidos,  
1 de dezembro de 1973

COMEMORAÇÕES  
OFICIAIS

50  
X2

DE  
MO  
CRA  
CIA

50  
ANOS

25  
DE  
ABRIL

50  
ANOS



DE  
MO  
CRA  
CIA

# O CAMINHO DA LIBERDADE

A reunião de Óbidos,  
1 de dezembro de 1973

Esta iniciativa é promovida pela  
Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril.

Até 2026, vamos celebrar a Liberdade e a Democracia. Juntos, podemos construir uma sociedade mais conhecedora da sua história recente e mais participativa, plural e democrática. Todos são bem-vindos.

Acompanhe as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril em  
[www.50anos25abril.pt](http://www.50anos25abril.pt) e participe.

 COMISSÃO COMEMORATIVA  
50 ANOS 25 DE ABRIL



OBIDOS  
MUNICÍPIO